

# **BOLETIM ECONÔMICO**

**Nº 02/2021**  
**Novembro**

## **Retração na indústria**

Cadeia produtiva perde complexidade nas últimas décadas e reduz participação no PIB regional

## **Comércio exterior**

Fluxo de transações internacionais aumenta, mas setor industrial amplia déficit na Balança Comercial

## **Mercado de trabalho**

Volume de empregos reage, mas qualidade do emprego se deteriora

## **Atividade econômica**

Sinais de desaceleração no ritmo de retomada ainda geram incertezas

## **Inflação persiste**

Pressões de custo impõem trajetória ascendente de preços aos consumidores



PREFEITURA DE  
**SANTO ANDRÉ**



# **EXPEDIENTE**

## **PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ**

Paulo Serra – Prefeito

Luiz Zacarias – Vice-prefeito

## **UNIDADE DE PLANEJAMENTO E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS - UPAE**

José Police Neto - Superintendente

Mario Matiello - Diretor

Marília Camargo - Diretora

Reinaldo Bascchera - Diretor

Giácomo Borges - Ger. de Planej. e Proj. Urbanos

Valéria Delaguardia - Ger. de Inf. ao Planej.

Daniel da Luz - Ger. de Leg. e Pol. Urbanística

Ronaldo Ávila de Paula - Ger. de Ind. Sociais e Ec.

Sandro Renato Maskio - Economista

Katia Oyakawa - Engenheira

Cintia Pessolato Efraim - Arquiteta

Eduardo Andreatta - Arquiteto

Rafael Cruz - Arquiteto

Cristina Pegurer - Arquiteta

Tiago Gomes - Arquiteto

Silvana Gimenes - Socióloga

Maria Aparecida Benetti - Asses. de Governo

Ana Paula Lepori - Asses. de Diretoria

Diego Cabral - Asses. de Departamento

Ana Paula Malveze - Asses. de Departamento

Daniel Buissa - Coordenador Técnico

Renan Santiago - Assist. de Diretoria

Thiago Rocha - Assist. de Diretoria

Celso Silva - Assist. de Diretoria

Marli de Souza - Assist. Administrativo

Claudia Vaz - Assist. de Departamento

Paula Canassa - Enc. de Acomp. de Proj.

Andreia Gusmão - Enc. de Planej. Urb.

Fernanda França - Enc. de Instr. Urban.

Daniela Rosas - Enc. de Gestão de Projetos

Andreia Gusmão - Enc. de Planej. Urb.

Regina Shizue - Enc. de Inf. ao Planej.

Regina Nakamatsu - Enc. de Acervo Técnico

Debora Stefanelli - Enc. de Diretrizes Urb.

Bianca Nogueira - Ag. de Des. Infantil

Angelita Menezes - Prof. Ed. Inf. e Ens. Fund.

Fernanda Donegá - Estagiária

## **COORDENAÇÃO DO BOLETIM ECONÔMICO**

Sandro Renato Maskio

Gerência de Indicadores Sociais e Econômicos



PREFEITURA DE  
**SANTO ANDRÉ**



# SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>4</b>
<b>2</b>	<b>A REDUÇÃO DA COMPLEXIDADE PRODUTIVA NO BRASIL.....</b>	<b>6</b>
<b>3</b>	<b>COMÉRCIO EXTERIOR.....</b>	<b>10</b>
	RETOMADA DA ATIVIDADE PRODUTIVA E PREÇO DOS INSUMOS AMPLIAM O DÉFICIT COMERCIAL DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO.....	10
<b>4</b>	<b>MERCADO DE TRABALHO.....</b>	<b>13</b>
	VÍNCULOS INFORMAIS GARANTEM REDUÇÃO RECENTE NA TAXA DE DESOCUPAÇÃO.....	13
<b>5</b>	<b>ATIVIDADE ECONÔMICA.....</b>	<b>16</b>
	INCERTEZAS SOBRE O RITMO DE RETOMADA.....	16
	INFLAÇÃO.....	18
<b>6</b>	<b>INDICADORES.....</b>	<b>21</b>
	BRASIL E ESTADO DE SÃO PAULO.....	21
	GRANDE ABC E SANTO ANDRÉ.....	22
	COMÉRCIO EXTERIOR.....	22
	MERCADO FORMAL DE TRABALHO.....	22



## 1. INTRODUÇÃO

Esta edição do Boletim Econômico traz como tema central a perda da complexidade produtiva da economia brasileira em um contexto em que as economias mais desenvolvidas estão implantando estratégias de fomento à retomada de suas economias. Entre as estratégias adotadas por estes estão a busca de ampliação da competitividade de suas cadeias produtivas por meio do estímulo à ampliação de competências tecnológicas.

Neste sentido, o debate sobre o tema na economia nacional e regional não deve se restringir à mera observação relativa à perda de participação dos setores industriais e expansão dos serviços, mas sim, deve-se avaliar com maior detalhe as mudanças qualitativas na estrutura produtiva da economia brasileira.

É neste sentido que esta edição chama atenção para a perda de participação dos setores de maior intensidade tecnológica na composição industrial, tanto nacional como regional, assim como para a ascensão dos segmentos de serviços com baixa incorporação ou capacidade de desenvolvimento tecnológico, o que, na prática, significa que as cadeias produtivas no país estão se concentrando em setores menos complexos, com menor potencial de geração de valor agregado e de ampliação da competitividade. Ou seja, menor potencial de crescimento a médio e longo prazos.

No item sobre Comércio Exterior, se enfatiza a ampliação do fluxo comercial efetivado neste ano de 2021 em comparação a 2020, dada a melhora no nível de atividade econômica. Entretanto, com a ampliação da dependência de importações, especialmente dos itens mais elaborados, este movimento se deu com ampliação do déficit comercial da indústria de transformação no país. Na região do Grande ABC e Santo André, com fluxo comercial quase totalmente comandado pela indústria, registra-se ampliação do déficit comercial.

Um dos grandes desafios da conjuntura econômica atual refere-se à inflação, que tem sido pressionada especialmente pelos custos dos insumos produtivos nos quais se incluem, além dos gargalos do mercado internacional, o comportamento dos preços dos combustíveis e da energia elétrica no mercado interno, o que tem contribuído para dificultar a melhora do ritmo de retomada da atividade econômica.

Neste sentido, observa-se que os indicadores sobre a produção de diversos setores vêm desacelerando no último trimestre, corroborando com a tendência de desaceleração econômica apontada pelo Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-BR) e pela projeção mensal do PIB paulista realizada pelo SEADE. No nível regional, o comportamento da arrecadação tributária, especialmente do ICMS, também sugere tendência de desaceleração.

Não por acaso, a redução observada na taxa de desemprego no trimestre encerrado em setembro baixou para 12,6%, ainda elevada, e ocorreu principalmente pela geração de vínculos informais de trabalho, conforme demonstrado pela apuração do IBGE. Isso ajuda a explicar porque o Brasil tem maior número de pessoas empregadas comparativamente ao final de 2020 ao mesmo tempo em que registra uma queda na massa real de rendimentos pagos ao trabalhador. No plano regional, os microdados do mercado formal de trabalho, divulgados pelo Ministério da Economia, apontam que os empregos gerados em 2021 no Grande ABC e em Santo André em nível de renda estão bastante abaixo dos empregos formais perdidos em 2020.

Boa leitura!

## 2. A REDUÇÃO DA COMPLEXIDADE PRODUTIVA NO BRASIL

Na edição anterior do Boletim, foi comentado sobre os desafios presentes na economia brasileira, frente não só ao contexto da pandemia, mas à abrupta queda de desempenho observada nas últimas quatro décadas.

Além da redução do ritmo de crescimento econômico, com efeitos perversos sobre a renda per capita, o mercado de trabalho e a geração de oportunidades, as últimas décadas marcam uma significativa recomposição setorial da economia brasileira, infelizmente, com a perda de participação de setores mais complexos e com maior potencial de geração de riqueza e de oportunidades em médio e longo prazos.

Composição do PIB Brasileiro						
	1995	2000	2005	2010	2015	2020
<b>Agropecuária</b>	<b>5,0%</b>	<b>4,8%</b>	<b>4,7%</b>	<b>4,1%</b>	<b>4,3%</b>	<b>5,9%</b>
<b>Indústria</b>	<b>23,4%</b>	<b>23,0%</b>	<b>24,2%</b>	<b>23,3%</b>	<b>19,4%</b>	<b>17,7%</b>
Indústria de Transformação	14,5%	13,1%	14,7%	12,7%	10,5%	9,8%
<b>Serviço</b>	<b>58,1%</b>	<b>58,3%</b>	<b>56,1%</b>	<b>57,6%</b>	<b>62,3%</b>	<b>62,9%</b>
Comércio	7,9%	7,0%	9,1%	10,7%	11,4%	11,7%
Informação e Comunicação	2,1%	3,7%	3,9%	3,3%	2,9%	3,0%
<b>Valor Adicionado</b>	<b>86,5%</b>	<b>86,0%</b>	<b>84,9%</b>	<b>85,0%</b>	<b>86,0%</b>	<b>86,5%</b>
<b>Impostos</b>	<b>13,5%</b>	<b>14,0%</b>	<b>15,1%</b>	<b>15,0%</b>	<b>14,0%</b>	<b>13,5%</b>
<b>PIB</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Sistema de Contas Nacionais Trimestrais / IBGE

Comparando os anos de 1995 e 2020, a indústria perdeu pouco mais de 5,5 pontos percentuais na composição do PIB do país, concentrado especialmente junto à indústria de transformação. Na outra ponta, setor de serviços ampliou sua participação em 4,8 pontos percentuais, sendo que apenas o segmento de comércio ampliou em 3,8 pontos percentuais sua participação.

A redução de participação da indústria na composição do PIB não é um fenômeno observado exclusivamente no Brasil. Países desenvolvidos também vivenciaram, neste mesmo período, a retração da indústria em suas economias enquanto a Ásia concentrava parte da produção industrial. Uma análise superficial da simples observação da perda de participação da indústria na composição do PIB poderia sugerir que tais transformações estão em sintonia com a recomposição setorial das economias mais desenvolvidas.

Contudo, o maior detalhamento das informações possibilita observar ainda que, a partir de meados da década de 1995, os setores industriais de maior intensidade tecnológica perderam participação na composição setorial para os segmentos de menor intensidade. Segundo dados da Pesquisa Industrial Anual (PIA) realizada pelo IBGE, em 1996, os setores de alta e média alta intensidade tecnológica respondiam por cerca de 35% do Valor de Transformação Industrial (VTI), e os setores de baixa e média baixa intensidade tecnológica por aproximadamente 47%. Em 2019, último ano para os quais há dados divulgados da PIA, os setores de maior intensidade tecnológica reduziram sua participação na geração de valor do setor industrial enquanto os segmentos de média baixa e baixa ampliaram sua participação para pouco mais de 61%.

No Grande ABC, entre meados da década de 1990 e de 2010, a partir das estatísticas do Valor Adicionado Fiscal (VAF), os setores de maior complexidade tecnológica perderam espaço na indústria local, que, por sua vez, também perdeu participação na composição do PIB regional acompanhando as modificações observadas em nível nacional. Os dados do Valor de Transformação Industrial por município, divulgados pelo Seade, assim como o VAF apontam a mesma tendência.

Como não poderia deixar de ser, a pauta de exportações brasileiras também perdeu intensidade tecnológica nos últimos 30 anos, dada a própria recomposição do setor industrial como apontado na matéria “Indústria perde intensidade tecnológica nas exportações”, publicada em 3 de novembro no jornal Valor Econômico, conforme registrado pelos dados de Comércio Exterior divulgados pelo Ministério da Economia. No Grande ABC, o efeito sobre a composição da pauta de exportações foi menos intenso, dado não terem ocorrido alterações significativas na composição dos principais setores exportadores da região.

Os dados da composição do PIB também apontam que esta recomposição setorial não contou com a ampliação da participação dos serviços avançados, atrelados a segmentos de maior potencial tecnológico e de geração de valor adicionado, como apontado na tabela anterior. A evolução dos dados de estabelecimentos e empregos formais divulgados pela RAIS do Ministério do Trabalho e Previdência, por subsetor da economia, reforça estas evidências. Este último também detalhado por municípios, apontando tendência semelhante para o Grande ABC.

A redução da participação dos setores mais intensos em tecnologia aponta maior dificuldade destes segmentos de competir no cenário internacional, dada a diferença de maturidade, escala e competências tecnológicas das estruturas instaladas no Brasil. Infelizmente, esta retração para setores menos complexos tende a se refletir em menor inserção da economia nacional nas cadeias globais de valor, que compõem as atividades mais dinâmicas e transformadoras do período contemporâneo.

Não por acaso, ao longo da última década, a posição do Brasil ficou praticamente estagnada no ranking do índice de competitividade global e do índice de inovação global, com pequenas perdas de posição.

No contexto nacional, contudo, o Estado de São Paulo apresenta um comportamento diferenciado, sendo detentor do sistema de fomento ao progresso tecnológico mais maduro do país. No último relatório do *Global Innovation Index* de 2021, publicado em setembro, o Estado de São Paulo figura entre um dos 100 maiores clusters de inovação de todo mundo. Os dados dos Indicadores Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação de 2019 e da Pesquisa de Inovação (PINTEC) do IBGE apontam que, em 2017, os dispêndios em P&D do governo do Estado e das empresas privadas somaram o equivalente a 1,46% do PIB estadual, superando a taxa de investimento no plano nacional. Somados os dispêndios federais em P&D no estado de São Paulo, o volume de investimento voltado ao avanço tecnológico e inovação superaram 1,7% do PIB estadual. Indicador equivalente às taxas de investimentos em P&D apresentadas por países desenvolvidos como Reino Unido e França, por exemplo. Não por acaso, o estado paulista concentra mais de 50% do Valor de Transformação Industrial gerado pelos setores de média alta e alta intensidade tecnológica na indústria.



Com vistas a provocar mudanças na estratégia de competitividade regional a médio e longo prazos, a prefeitura de Santo André vem, nos últimos anos, realizando esforços com para criar instrumentos de estímulo ao desenvolvimento de competências tecnológicas e inovativas, a exemplo da lei de fomento à inovação, o fundo de desenvolvimento econômico. Mais recentemente, incluem-se nesta lista os esforços para viabilização da construção de um Centro de Inovação Tecnológica e uma legislação moderna para estímulo às Startups.

No atual cenário desafiador, diversos analistas ao redor do mundo apontam para a demanda por maior resiliência na recomposição das cadeias produtivas globais em meio ao fomento à retomada da economia, para os quais há claros indícios da tendência de regionalização produtiva e das cadeias de suprimentos, incluindo a diversificação de fornecedores. Há algumas décadas, a União Europeia, Canadá, EUA, Japão, entre outros, compreenderam a importância das políticas de desenvolvimento regional para ampliar a competitividade de suas economias, o que tende a se ampliar no atual contexto.

### 3. COMÉRCIO EXTERIOR

#### 3.1 RETOMADA DA ATIVIDADE PRODUTIVA E PREÇO DOS INSUMOS AMPLIAM O DÉFICIT COMERCIAL DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

No período entre janeiro e outubro de 2021, a corrente de comércio exterior do Brasil cresceu cerca de 37%, em comparação a igual período de 2020, taxa de crescimento maior que a observada no primeiro semestre, indicando uma intensificação do fluxo de comércio internacional neste segundo semestre. Nos dez primeiros meses do ano, as exportações cresceram 36% e as importações 38,3%, que somaram US\$ 235,8 bilhões (FOB) e US\$ 177,3 bilhões (FOB), respectivamente. Como resultado, a Balança Comercial no país acumulou superávit de US\$ 58,4 bilhões (FOB), 29,4% maior que em igual período de 2020.

Seguindo a classificação ISIC (*International Standard Industrial Classification of All Economic Activities*), que visa estabelecer uma uniformidade na categorização das atividades produtivas, os maiores superávits foram registrados na Indústria Extrativista e na atividade Agropecuária, que computaram saldos de US\$ 59,1 e US\$ 43,9 bilhões (FOB), cuja soma é 45% maior que em 2020. De outro lado, a Indústria de Transformação registrou déficit comercial de US\$ 43,3 bilhões (FOB) nos dez primeiros meses de 2021, 74% maior que em 2020. Apenas no Estado de São Paulo, a Indústria de Transformação registrou déficit comercial de US\$ 17,1 bilhões (FOB) no acumulado de 2021.

No mesmo intervalo de comparação, o Grande ABC registrou alta de 35,6% na corrente de comércio exterior. As exportações ampliaram 39% e as importações 32,8%. O acréscimo nas exportações foi puxado em especial por bens de capital (55%) e bens intermediários (+28%), que responderam por mais de 97% dos mais de US\$ 1 bilhão (FOB) de aumento das exportações comparando com 2020. Quanto às importações, o grupo que mais influenciou seu crescimento foi o de bens intermediários (+72%), tendo sido responsável por mais de 78% dos US\$ 1,04 bilhão (FOB) de ampliação das importações.

No acumulado dos dez primeiros meses de 2021, a região viu o déficit da Balança Comercial ampliar para US\$ 670,6 milhões (FOB). Somente a comercialização de bens intermediários registrou déficit de US\$ 1,44 bilhão (FOB), composto especialmente por insumos industriais elaborados e peças para equipamentos de transporte, 115% maior que o



resultado de toda a balança comercial. Em 2020, em igual período, o comércio exterior de bens intermediários apresentou déficit 32% maior que o déficit comercial total da região, refletindo o efeito da escassez e ampliação dos preços destes itens no mercado internacional.

No município de Santo André, a corrente de comércio exterior no acumulado até outubro somou US\$ 849 milhões (FOB), 39,3% maior que no ano passado.

A ampliação das exportações em US\$ 104 milhões (FOB), crescimento de cerca de 36%, foi impulsionada especialmente por bens de capital e bens intermediários, que somaram US\$ 14,4 milhões e US\$84,7 milhões (FOB) ou 94% do aumento nominal das exportações.

Do lado das importações, houve acréscimo de US\$ 135 milhões (FOB), composto especialmente por bens intermediários, cujas importações somaram US\$ 131,3 milhões (FOB), pouco mais de 97% do aumento nas importações no ano.

Como resultado, o déficit da Balança Comercial do município de Santo André foi de US\$ 70 milhões (FOB) entre janeiro e outubro, 76% maior que em 2020.

Apesar da ampliação da corrente de comércio exterior tanto no Grande ABC como em Santo André, o fluxo de importações se expandiu mais intensamente que as exportações, ampliando os respectivos déficits. Tendo as pautas de comércio exterior centralizadas especialmente no setor industrial, estes resultados apontam uma melhora do nível de produção ao longo de 2021 no setor, dada a maior demanda de um parque produtivo que ampliou sua dependência à importação de diversos componentes e insumos nas últimas décadas, o que também se observa a partir dos resultados da balança comercial nacional em 2021, que registrou significativo acréscimo do déficit junto à indústria de transformação.

Não se pode deixar de lado o impacto exercido pela elevação dos preços dos insumos de produção no mercado internacional, tendo em vista a desorganização de diversas cadeias globais de produção neste momento de esforço de retomada econômica de diversos países, bem como o gargalo logístico internacional, que tem imposto dificuldade no transporte de bens e insumos.

A sondagem industrial do Conselho Nacional da Indústria do último mês de setembro indicou que o principal problema apontado pelos gestores do setor tem sido a escassez e o custo dos insumos de produção. Neste cenário, a desvalorização do real (R\$) também tem contribuído para pressionar o custo das importações e, consecutivamente, da produção na economia brasileira, o que explica parte da origem das pressões inflacionárias atuais.



## 4. MERCADO DE TRABALHO

### 4.1 VÍNCULOS INFORMAIS GARANTEM REDUÇÃO RECENTE NA TAXA DE DESOCUPAÇÃO

Os últimos dois trimestres registraram queda na taxa de desocupação, acumulando redução de cerca de 2,4 pontos percentuais. O trimestre junho/julho/agosto de 2021 registrou no Brasil taxa de desocupação de 13,2% da força de trabalho, somando 13,6 milhões de pessoas desocupadas. Soma-se a esta a taxa de subutilização, que atingiu 27,4%, ao incorporar além dos desocupados, aqueles que estão ocupados com insuficiência de horas trabalhadas e as pessoas que não estão em busca de emprego, mas estão disponíveis para trabalhar.

O terceiro trimestre de 2021, encerrado em setembro, registrou taxa de desocupação de 12,6% da força de trabalho e taxa de subutilização de 26,5%.

Um ponto relevante a ser destacado, contudo, refere-se à ampliação da taxa de informalidade, que registrou 40,6% da força de trabalho ocupada no terceiro trimestre de 2021. Taxa um pouco maior que os 40% registrado no trimestre encerrado em agosto, e que os 38 % registrados no terceiro trimestre de 2020. Segundo dados da Pesquisa Nacional da Amostra a Domicílio Contínua (PNADC) realizada pelo IBGE, nos últimos quatro trimestres encerrados em setembro, houve um incremento de 9,5 milhões de pessoas empregadas. Contudo, pouco mais de 58% destas se inseriram no mercado de trabalho de maneira informal, seja como empregado, empregador ou conta própria. Isso explica o descompasso entre os dados registrados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), que registra apenas vínculos formalizados pela CLT ou pouco mais de 55% do total de empregados do último trimestre.

Os dados regionalizados sobre desocupação são divulgados apenas trimestralmente, não estando disponíveis ainda os dados para o terceiro trimestre de 2021. No segundo trimestre, o estado de São Paulo apresentou uma taxa de desocupação de 14,4% da força de trabalho, mas que deve ter apresentado redução nos últimos meses, seguindo a movimentação no plano nacional. A não disponibilidade destes também dificulta a realização do exercício de estimar a taxa de desocupação na RMS, divulgada oficialmente pelo IBGE no 1º trimestre de 2020.

Observando especificamente o mercado formal de trabalho, composto pelos vínculos regidos pela CLT, ao longo de 2021 o Estado de São Paulo registrou saldo positivo de 812,484 , correspondente a pouco mais de 30% do saldo nacional de 2.645.974. No último trimestre, o Estado gerou um saldo de 270.761 empregos e, em outubro, 76.952. Para efeito de comparação, ao longo do ano de 2020, entre janeiro e outubro, o Estado registrou perda de 163.677 empregos formais e no plano nacional perda de 408.516.

O Grande ABC, nos dez primeiros meses de 2020, registrou perda 24.485 empregos formais contra um saldo positivo de 35.485 em igual período de 2021. Somente no último mês de outubro, foram gerados 3.608 empregos formais na região. Do total de empregos gerados formais gerados na região em 2021, 40% foram no setor de serviços, 22% no setor da indústria de transformação, 20,2% no comércio e outros 17% na construção civil.

Num recorte por faixa de renda, considerando o período entre janeiro e setembro, em 2020 mais de 85% das perdas de postos formais de trabalho na região ocorreram nas faixas de renda entre 2 e 10 salários mínimos. Em 2021, pouco mais de 75% dos novos postos têm renda até 2 salários mínimos.

Em Santo André, dos 7.333 postos formais de trabalho acumulados entre janeiro e outubro de 2021, o setor de serviços respondeu por 47%, comércio e construção civil por 19% cada um e a indústria de transformação por 14%.

Replicando o recorte pelas mesmas faixas de renda, considerando o período janeiro a setembro, em Santo André aproximadamente 55% dos empregos formais perdidos em 2020 estavam na faixa até 2 salários mínimos. Faixa esta que no acumulado de empregos gerados até setembro de 2021 responde por cerca de 78%.

No plano nacional, a PNAC aponta que, comparativamente ao final de dezembro de 2019, apesar da melhora na taxa de desocupação no último trimestre, a massa de rendimentos pagos aos trabalhadores diminuiu 0,75% em termos reais comparativamente ao último trimestre de 2020, e aproximadamente 8% em relação ao último trimestre de 2019. Isso demonstra que, apesar da geração de postos de trabalho, os mesmos apresentam rendimentos menores, o que é corroborado pela ampliação da taxa de informalidade no mercado de trabalho nacional nos últimos meses.



O rendimento médio real recebido pelos trabalhadores no terceiro trimestre de 2021 foi de R\$2.459 mensais, segundo a PNAD, 7,45% menor que em dezembro de 2020, e 5,13% menor que em dezembro de 2019.

A avaliação do mercado de trabalho formal para a região do Grande ABC e Santo André, que não dispõem de um indicador específico para avaliação da taxa de desocupação, sugere que, da mesma forma, a geração das oportunidades de emprego em 2021 tem ocorrido em condições inferiores, ao menos no quesito renda.

## 5. ATIVIDADE ECONÔMICA

### 5.1 INCERTEZAS SOBRE O RITMO DE RETOMADA

Os dados do PIB do segundo trimestre do ano apontaram um crescimento 12,4% frente ao segundo trimestre de 2020, o mais afetado pela pandemia. No acumulado do 1º semestre, os cálculos do IBGE apontam um crescimento de 6,4% e, nos quatro trimestres encerrados em junho, um crescimento anual de 1,8%. Contudo, chama atenção a variação entre o primeiro e o segundo trimestres, que ao longo da série histórica apresentam uma aceleração da atividade econômica. Entretanto, considerando a trajetória da série dessazonalizada, a variação do PIB brasileiro no segundo trimestre, frente ao trimestre imediatamente anterior, apresentou um pequeno recuo de 0,05%.

A última divulgação do Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil (IBC-Br) apontou retração de 0,2% da atividade econômica para o mês de agosto, o que por si só não seria um grande motivo de preocupação. Entretanto, este veio acompanhado da retração da produção física industrial entre os meses junho e setembro, computando queda de 2,2% no trimestre encerrado em setembro, segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE.

O volume de vendas no comércio varejista registrou queda nos meses de agosto e setembro, acumulando queda de 2,6% no trimestre encerrado em setembro, de acordo os dados da Pesquisa Mensal do Comércio do IBGE. O setor de serviços apontou leve retração de 0,6% no volume de serviços realizados em setembro, seguindo a desaceleração de sua trajetória que se observa desde maio deste ano.

Este conjunto de indicadores explica, em boa parte, a redução da expectativa em torno do crescimento da economia brasileira neste ano de 2021. A avaliação do mercado, captada pelo relatório FOCUS do Banco Central da última semana de novembro, apontou estimativa de crescimento de 4,78%. No começo de setembro, a expectativa era de crescimento de 5,3%. Para 2022 o relatório aponta estimativa de crescimento de 0,58%.

Apesar do resultado anual apurado pelo IBC-R, dessazonalizado, apontar um crescimento de 3,9%, os resultados trimestrais vêm se desacelerando desde o mês de maio, o que indica preocupante perda no ritmo de retomada econômica.

As estimativas realizadas pelo SEADE para o comportamento do PIB trimestral no Estado de São Paulo também demonstram comportamento semelhante. O indicador projetado registrou 1,6% positivo no primeiro trimestre do ano, seguido de redução de 0,4% e 0,6 % no segundo e terceiro trimestre do ano respectivamente.

Para a Região Metropolitana de São Paulo, o ritmo de crescimento trimestral da série do PIB regional estimada pelo SEADE desacelerou de 1,5% no primeiro trimestre para 0,6% no segundo trimestre.

Considerando os dados da arrecadação tributária do ICMS no estado paulista, entre janeiro e agosto, houve aumento de 21,2% comparado a igual período de 2020, deflacionado pelo IPCA. No 1º semestre de 2021, o aumento acumulou 20,6%. Na RMSP, o acréscimo da arrecadação até o final de agosto foi de 15,6%, acima dos 13,8% apurados no primeiro semestre.

Como observado na edição anterior, as variações de arrecadação de ICMS são mais voláteis que a variação do valor adicionado (riqueza gerada), não podendo ser tomadas como referência para a variação real do PIB regional, o que não significa que sua trajetória não seja um indicador de tendência apresentada pela dinâmica econômica local.

No Grande ABC, nos primeiros oito meses de 2021, a arrecadação de ICMS registrou alta de 32,58%, ante a variação acumulada de 35,9% no primeiro semestre. Esta redução foi observada em todos os municípios da região com exceção de São Caetano do Sul.

Entre os municípios que apresentaram maior acréscimo de arrecadação entre janeiro e agosto estão Diadema (+46,6%) e Santo André (+46,2%).

No município andreense, nos nove primeiros meses do ano, a arrecadação de ISS, exceto construção civil, acumulou alta de 7,08%, elevação bastante mais expressiva que o 1,59% registrado no primeiro semestre, comparados a iguais períodos do de 2020.

Em paralelo à desaceleração da trajetória retomada do PIB Paulista e da RMSP, segundo as estimativas de PIB mensal realizadas pelo SEADE, as arrecadações de ICMS apresentaram, ainda, leve variação positiva no acumulado entre janeiro e outubro frente ao resultado acumulado no primeiro semestre. Seguindo esta mesma linha de raciocínio, a queda no desempenho da arrecadação de ICMS acumulada entre janeiro e agosto no Grande



ABC, frente ao resultado acumulado no primeiro semestre, sugere um movimento de desaceleração do ritmo de retomada da atividade econômica local.

## 5.2 INFLAÇÃO

A meta de inflação anual estabelecida na ata da última reunião do COPOM (Conselho de Política Monetária), ocorrida na última semana de outubro, é de 3,75%, com limite superior até 5,25%. Contudo, o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), indicador oficial de inflação ao consumidor para tomada de decisão por parte da equipe econômica do governo federal, acumula alta de 8,24 % entre janeiro e outubro.

Contudo, a inflação registrada aos produtores, segundo o IPP (Índice de Preços aos Produtores) apurado pelo IBGE, acumula alta de 24,08% no ano, pressionado especialmente pela elevação dos preços dos insumos de produção, além da elevação dos preços da energia elétrica e dos combustíveis presentes nas diversas cadeias produtivas.

Índice de Preços ao Produtor				
	Indústria geral	Bens de capital	Bens intermed.	Bens de consumo
2019	5,19	5,97	2,87	8,39
2020	19,38	16,15	24,41	13,12
Jan- Set 2021	24,08	15,51	30,08	16,73

Fonte: Índice de Preços ao Produtor - IBGE

Apesar da desaceleração do IPP a partir do primeiro trimestre deste ano, a inflação ao produtor acumulada nos últimos 12 meses encerrados em setembro é de 30,6%. Nos meses futuros, a inflação dos preços dos produtos aos consumidores deverá ser afetada por este, seja pelo repasse da variação dos custos produtivos e ou pela retração da oferta provocada pela deterioração das condições de produção.

Ao que tudo indica a inflação de preços ao consumidor que nos últimos 12 meses encerrados em outubro acumula 10,67%, segundo o IPCA, não deverá ceder tão rapidamente.

Considerando este mesmo intervalo de avaliação, os principais grupos a pressionar a inflação foram os transportes (+19,59%), com destaque para o combustível etanol

(+67,41%), gasolina (+42,72%) e diesel (+41,3%). O grupo habitação (+14,7%) também pressionou o orçamento das famílias, especialmente por conta do botijão de gás (+37,8%) e a energia elétrica residencial (30,27%). Fecha esta composição o grupo de alimentação (+11,71%), também afetado pela falta de insumos e pela elevação do preço deste no mercado internacional.

Na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), o IPCA registra uma inflação acumulada em 12 meses de 10,22%, índice este que reflete de forma mais próxima a inflação do Grande ABC.

Para o recorte regional da RMSP, os principais grupos e subgrupos a compor a variação não demonstraram alterações, observando as variações registradas em transportes (+18,3%), incluindo etanol (+70,5%), gasolina (+38,15%) e diesel (+39,9%); habitação (14,59%), incluindo botijão de gás (+39,18%) e a energia elétrica residencial (35,74%); e o grupo alimentação (+11,8%).

Tendo em vista a elevação dos preços, na última semana de outubro o COPOM decidiu elevar a taxa básica de juros da economia em 1,5 pontos percentual, atingindo 7,75% ao ano. O objetivo desta medida é amenizar a trajetória da inflação via repressão da demanda, com a elevação do custo do crédito e maior atratividade das aplicações financeiras frente às decisões de consumo no período presente.

Contudo, os detalhamentos acima demonstram que os principais fatores que têm pressionado os preços estão associados ao comportamento de oferta, especificamente aos custos de produção.

No último dia 5 de novembro, o governo federal anunciou a redução em 10% das tarifas de importação de 87 itens, entre bens e serviços importados. A decisão, com validade até dezembro de 2022, segundo a equipe econômica, tem como objetivo provocar um choque de oferta, ampliando a disponibilidade de bens no mercado interno a preços menores, com vistas a aliviar a inflação.

Entretanto, não se pode esquecer que o mercado internacional vem apresentando u-

ma ascensão dos níveis de preços. Ao mesmo tempo, como explicado na edição anterior deste boletim, a desvalorização do R\$ também tem encarecido os preços internos dos produtos importados.

Segundo a ANP, na última semana de novembro, o botijão de gás de 13 Kg de GLP registrou preço médio em torno de R\$ 104 no Grande ABC. O menor preço médio foi encontrado em Santo André, R\$ 98,8, e o maior em Mauá, R\$ 107,1.

O preço médio da gasolina comum registrado no mesmo período na região foi de cerca de R\$ 6,41. As variações dos preços médios entre os municípios do Grande ABC variam de forma ínfima, com desvio padrão em torno de R\$ 0,17. O preço médio mais elevado foi encontrado em São Caetano do Sul, R\$6,50, sendo o mais barato em Mauá, R\$6,34.

O preço da cesta básica, segundo o CRAISA, aumentou de R\$ 792,86 em outubro de 2020, para R\$ 931,19 no último mês de outubro, consolidando um aumento nominal de 17,4%. Se comparado o preço atual da cesta básica na região ao mesmo mês de setembro de 2019, quando o preço registrado foi R\$ 611,01, constata-se uma variação nominal de pouco mais de 52%.

Em um contexto de elevação do número de trabalhadores desempregados, redução da massa de renda circulante e da renda média do trabalhador, além de morna retomada da atividade econômica abaixo do ritmo esperado, o cenário aponta para a redução da qualidade média de vida e para a ampliação da demanda por serviços públicos, como educação, saúde, assistência social, entre outros.



## 6. INDICADORES

### 6.1 BRASIL E ESTADO DE SÃO PAULO

	Brasil			Estado de São Paulo		
	2020	jan-set 2020	jan-set 2021	2020	jan-set 2020	jan-set 2021
PIB (% em relação igual período) <sup>1</sup>	-4,1	-5,6	6,4	-1,2	-3,2	10,1
Produção Industrial (% acum.)	-4,5	-7,1	7,5	-6,0	-9,5	9,9
Comércio (% acum.)	-1,4	-3,6	8,0	-3,2	-5,7	5,6
Serviço (% acum.)	-7,1	-8,1	13,8	-6,5	-7,3	13,3
Inflação (% acum.) <sup>2</sup>	4,52	1,34	6,9	4,40	1,31	6,47
Exportação (US\$ FOB)	209,1 bi	173,3 bi	235,8 bi	42,52 bi	34,4 bi	43,7 bi
Importação (US\$ FOB)	158,7 bi	128,1 bi	177,3 bi	54,14 bi	44,0bi	55,7 bi
Balança Comercial (US\$ FOB)	50,4 bi	45,2 bi	58,4 bi	-11,62 bi	-9,6 bi	-11,9 bi
Taxa Desocupação <sup>3</sup>	13,9	14,9	12,6	14,6	15,4	13,4
Saldo Emprego Formal <sup>4</sup>	-191.502	-408.516	2.645.974	-103.504	-163.677	812.484

Fonte: Contas Nacionais Trimestrais / IBGE; Pesquisa Industrial Mensal / IBGE; Pesquisa Mensal do Comércio/ IBGE; Pesquisa Mensal dos Serviços / IBGE; índice de Preços ao Consumidor Amplo / IBGE; ComexStat / Ministério da Economia; Novo CAGED / Ministério do Trabalho e Previdência.

1 – As variações do PIB para o Estado de SP referem-se ao primeiro semestre do ano

2 – A inflação mensurada pelo IPCA refere-se a dados do Brasil e da Região Metropolitana de São Paulo, para o período entre janeiro e setembro.

3 – A taxa de desocupação calculada pelo PNAD refere-se ao Brasil, para o trimestre junho a setembro.

4 – Dados para o período de janeiro a outubro de cada ano

## 6.2 GRANDE ABC E SANTO ANDRÉ

### 6.2.1 COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ FOB)

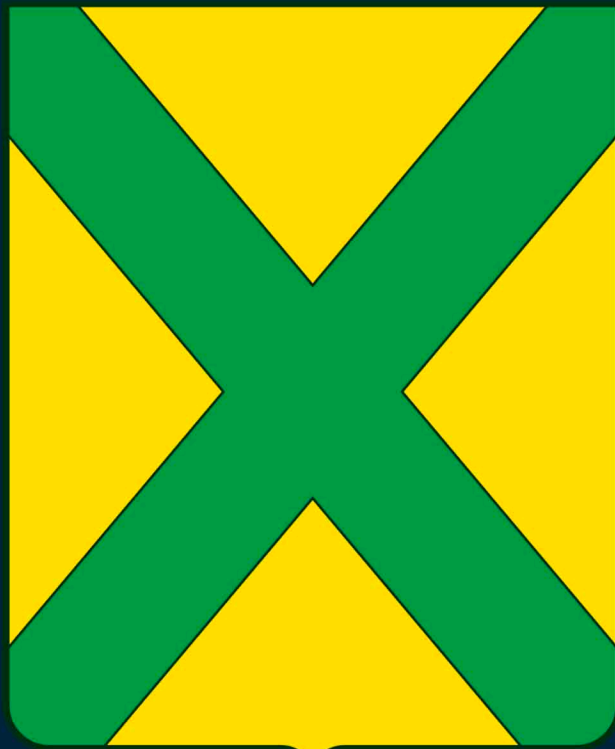
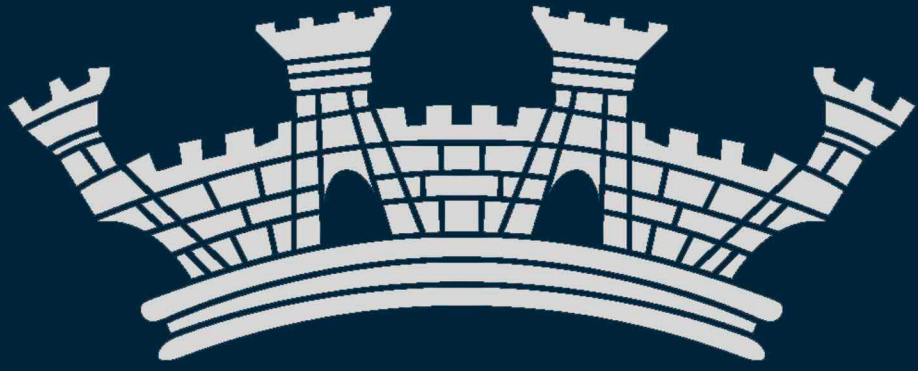
	GABC			Santo André		
	2020	jan out 2020	jan out 2021	2020	jan out 2020	jan out 2021
<b>Exportação</b>	<b>3.296.185.855</b>	<b>2.567.223.198</b>	<b>3.570.717.118</b>	<b>358.897.063</b>	<b>284.986.157</b>	<b>389.721.853</b>
Bens Capital	1.418.849.129	1.035.634.538	1.608.728.244	4.737.935	2.107.650	16.518.540
Bens de Consumo	156.621.340	129.804.757	155.192.564	6.990.348	6.278.239	4.538.629
Bens Intermediários	1.718.301.637	1.399.464.038	1.797.042.858	347.156.382	276.595.647	361.298.729
Combustíveis e Lubrificantes	2.413.749	2.319.865	1.639.016	12.398	4.621	70.969
Bens não especificados anterior.	-	-	8.114.436	-	-	7.294.986
<b>Importação</b>	<b>3.525.498.899</b>	<b>3.191.910.858</b>	<b>4.241.336.894</b>	<b>362.213.387</b>	<b>324.775.639</b>	<b>459.784.233</b>
Bens Capital	598.912.450	544.583.465	778.804.570	35.872.224	33.076.690	29.062.399
Bens de Consumo	252.382.180	229.715.282	215.554.838	14.577.810	12.706.533	19.146.277
Bens Intermediários	2.667.999.699	2.412.077.151	3.239.413.353	307.082.207	274.713.241	406.012.689
Combustíveis e Lubrificantes	6.170.041	5.500.431	7.383.280	4.681.146	4.279.175	5.562.868
Bens não especificados anterior.	34.529	34.529	180.853	-	-	-
<b>Saldo Balança Comercial</b>	<b>-229.313.044</b>	<b>-624.687.660</b>	<b>-670.619.776</b>	<b>-3.316.324</b>	<b>-39.789.482</b>	<b>-70.062.380</b>

Fonte: ComexStat / Ministério da Economia

### 6.2.2 MERCADO FORMAL DE TRABALHO

	GABC			Santo André		
	2020	jan – out 2020	jan - out 2021	2020	jan – out 2020	jan– out 2021
<b>Saldo de Empregos</b>	<b>-17.501</b>	<b>-24.845</b>	<b>35.236</b>	<b>--5.647</b>	<b>-8.489</b>	<b>7.333</b>
Agropecuária	-3	-8	-4	0	-1	1
Comércio	-2.152	-5.545	7.130	-1.477	-2.212	1.418
Construção Civil	653	-98	5.964	983	134	1.426
Indústria de Transformação	-7.738	-7.686	7.736	-1.210	-1.151	1.018
Serviços	-8.261	-11.508	14.410	-3.941	-2.259	3.470

Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência / novo CAGED.



PAVLISTARVM TERRA MATER